

# Como ampliar e qualificar a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão?



Confira estratégias para ampliar e qualificar a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão

## Objetivo

As informações deste resumo servem para a elaboração e implementação de políticas públicas, planos, programas e projetos que ampliem a participação feminina em espaços decisórios na Amazônia. Este conteúdo é direcionado a gestores públicos, legisladores e organizações da sociedade civil de apoio e de base comunitária.

As discussões permeiam os objetivos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e os princípios da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais.



## Mensagens-Chave

- A.** A inclusão das mulheres nos espaços de decisão política e econômica promove uma gestão mais justa e equitativa dos recursos e contribui para superar as barreiras estruturais;
- B.** A ocupação de espaços de liderança requer a capacitação de mulheres e incentivo para que desempenhem papéis estratégicos nas cadeias produtivas e organizações locais;
- C.** O combate à violência de gênero e o apoio à saúde mental e ao autocuidado das mulheres são aspectos essenciais para o seu bem-estar, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

## Recomendações

- A.1.** Promover a inclusão de mulheres em espaços de decisão política e econômica;
- A.2.** Fortalecer a representatividade de lideranças femininas de povos indígenas e comunidades tradicionais;
- A.3.** Implementar políticas públicas que garantam remuneração justa e equitativa para as mulheres;
- B.1.** Capacitar mulheres para liderança nas cadeias produtivas;
- B.2.** Promover a valorização do trabalho feminino em projetos socioprodutivos;
- C.1.** Incorporar questões de proteção contra violência, saúde mental e autocuidado feminino em editais e projetos;
- C.2.** Promover encontros e redes de apoio para mulheres.

## Policy Brief

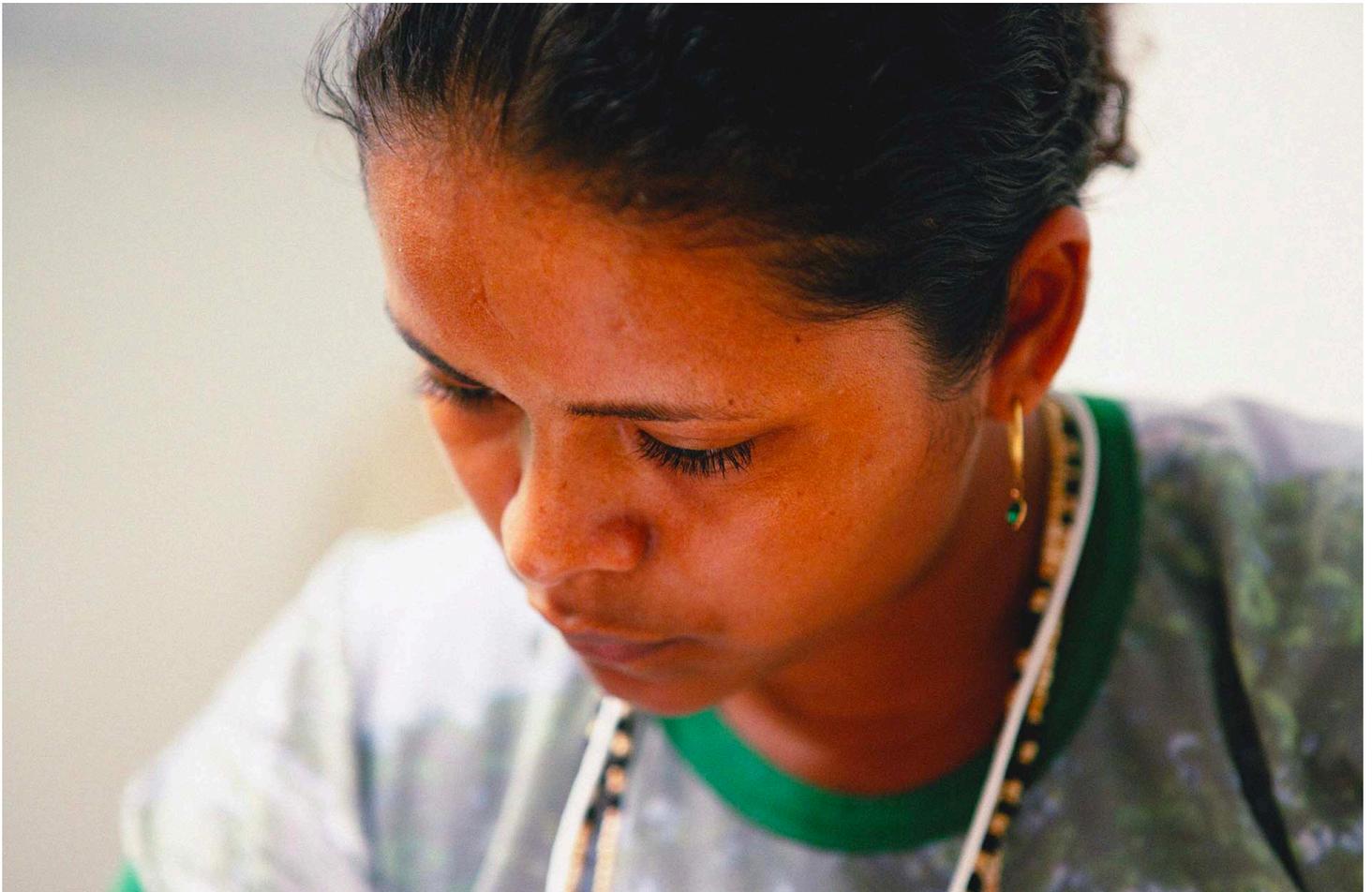
Como ampliar e qualificar a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão?



## Introdução

A elaboração deste resumo foi subsidiada pela experiência do LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica, uma iniciativa do IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas. O documento reflete uma visão construída coletivamente, junto a diversos atores que vivem e pensam a Amazônia. Contribuições importantes foram geradas a partir das discussões feitas em novembro de 2023, durante o Seminário Legado Amazônico, que reuniu 77 organizações locais de base (indígenas, extrativistas, cooperativas), 40 organizações da sociedade civil, 13 instituições de governo (federais e estaduais), cinco redes/movimentos sociais (extrativistas, indígenas e quilombolas), 10 organizações com fundos de financiamento, 10 organismos internacionais, 15 instituições de pesquisa e 10 empresas – todos engajados na conservação do bioma.

Aqui, abordaremos estratégias para a inclusão das mulheres em espaços de decisão, destacando a importância de capacitação, empoderamento e fortalecimento de redes de apoio. Isso é fundamental para superar barreiras estruturais que limitam a participação das mulheres em posições de liderança e que devem ser enfrentadas para sua representação ativa e equitativa em diversos setores. Políticas públicas e editais de fomento específicos precisam contemplar os temas de saúde e bem-estar feminino, especialmente em contextos vulneráveis, para garantir um ambiente seguro e propício ao protagonismo feminino na Amazônia.



## A. Inclusão feminina em espaços de decisão

A inclusão das mulheres em espaços de decisão política e econômica é um passo crucial para garantir uma gestão mais equitativa dos recursos e a superação de barreiras estruturais enraizadas em culturas patriarcais. As mulheres enfrentam dificuldades históricas e estruturais para ocupar posições de liderança e participar de decisões que impactam diretamente suas comunidades, territórios e suas vidas (Sell & Minot, 2018). Para mitigar essa desigualdade, é fundamental criar programas de capacitação que incentivem a ascensão feminina e assegurem sua participação ativa e igualitária.

O encontro de Mulheres Mëbêngôkre e Panará, fruto da articulação entre as Associações Kayapó e Panará do corredor de áreas protegidas do Xingu, envolveu lideranças femininas de diversos povos indígenas e evidenciou a importância de promover espaços específicos para a valorização da mulher indígena nas esferas de governança. Além de discutir temas como a saúde da mulher e a gestão territorial, o evento culminou na eleição de mulheres para a diretoria do Instituto Raoni. Esse exemplo ressalta a necessidade de promover a valorização das mulheres em posições de poder, não apenas como participantes, mas como líderes ativas que moldam políticas e práticas (García-Moreno *et al.*, 2015; Olivar, 2018).

## B. Capacitação e empoderamento das mulheres em cadeias produtivas

As mulheres desempenham um papel central em várias cadeias produtivas, como as do pirarucu e da borracha, participando desde a produção até o beneficiamento (Freitas *et al.*, 2020). Apesar disso, ainda não recebem o reconhecimento e remuneração adequados em muitos contextos. As oficinas e treinamentos direcionados realizados pelo projeto Mulheres da Borracha, da Associação SOS Amazônia, são exemplos de como essas atividades formativas podem empoderar as participantes, capacitando-as para liderar e disseminar o conhecimento em suas comunidades. A formação de multiplicadoras também é uma estratégia eficaz para assegurar a continuidade do aprendizado e a inclusão feminina em processos produtivos.

A remuneração justa e equitativa para as mulheres é uma demanda urgente, reconhecendo seu trabalho nas cadeias produtivas. Nas cooperativas locais, como evidenciado pelo projeto Mulheres da Borracha, o trabalho feminino é fundamental para a sustentabilidade econômica e social das comunidades. A criação de grupos de trabalho voltados para a visibilidade feminina contribui para enfrentar sua marginalização e promover o reconhecimento econômico e social das mulheres (Freitas *et al.*, 2020).

## C. Fortalecimento da saúde e bem-estar feminino

As mulheres enfrentam ameaças desproporcionais e específicas devido ao gênero, tanto dentro quanto fora dos territórios tradicionais (García-Moreno *et al.*, 2015). A violência contra mulheres indígenas requer políticas públicas e programas específicos de prevenção, intervenção e apoio às vítimas, que incluam o acesso a serviços de saúde mental e física (Olivar, 2018). Essas redes de apoio são essenciais para que as mulheres possam buscar ajuda, compartilhar experiências e fortalecer-se mutuamente.

Além disso, o fortalecimento dessas iniciativas deve ser acompanhado de estratégias e políticas mais abrangentes e eficazes no combate à violência de gênero. As mulheres que participam da defesa de seus territórios e direitos culturais enfrentam não apenas a violência física, mas também pressões psicológicas e sociais que impactam diretamente seu bem-estar e suas atividades como lideranças. Ao investir em redes de apoio, as comunidades podem promover um ambiente mais seguro e favorável ao protagonismo feminino, ampliando a participação das mulheres em espaços de decisão e fortalecendo a governança local. A inclusão desses temas em editais e projetos é fundamental para assegurar que as políticas públicas reflitam as reais necessidades das mulheres, promovendo sua saúde integral e sua capacidade de autocuidado (García-Moreno *et al.*, 2015).

## Políticas Públicas

Aprimorar a participação das mulheres em espaços decisórios na Amazônia está vinculado à Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece diretrizes para a proteção e valorização dos povos e comunidades tradicionais.

A PNGATI estabelece, no artigo 3º, inciso IV, o “reconhecimento e valorização da contribuição das mulheres indígenas e do uso de seus conhecimentos e práticas para a proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais” (Brasil, 2012).

Entre os objetivos da PNPCT, conforme o artigo 3º, inciso XII, propõe-se “implementar e fortalecer programas e ações voltados às relações de gênero nos povos e comunidades tradicionais, assegurando a visão e a participação feminina nas ações governamentais, valorizando a importância histórica das mulheres e sua liderança ética e social” (Brasil, 2007).

Já a Convenção 169 da OIT, em seu artigo 2º, determina que “os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade”. E, no artigo 12º, complementa que “os povos interessados deverão ter proteção contra a violação de seus direitos e poder iniciar procedimentos legais, seja pessoalmente, seja mediante os seus organismos representativos, para assegurar o respeito efetivo desses direitos.

## Policy Brief

Como ampliar e qualificar a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão?



Deverão ser adotadas medidas para garantir que os membros desses povos possam compreender e se fazer compreender em procedimentos legais, facilitando para eles, se for necessário, intérpretes ou outros meios eficazes” (Brasil, 2019).

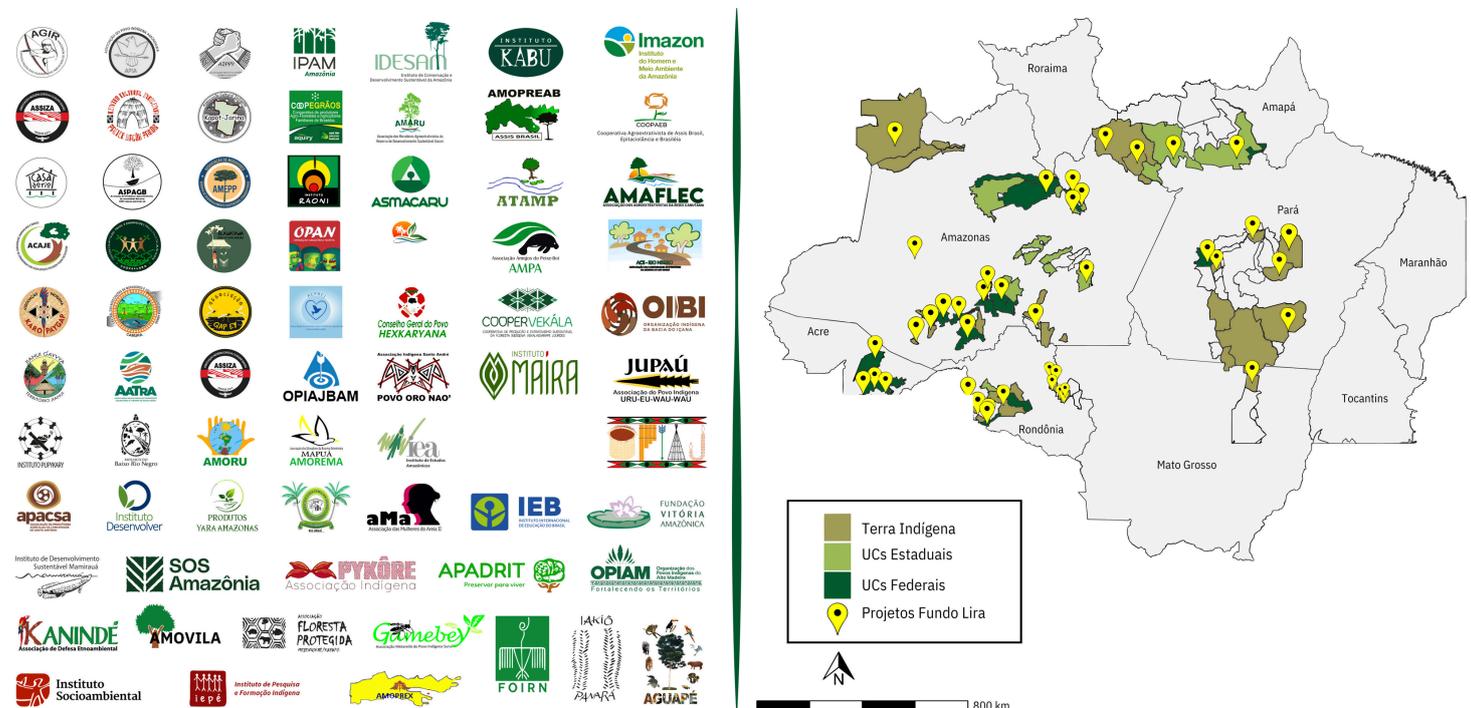
## Legado Amazônico

O LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica é uma iniciativa integradora que potencializa ações de conservação da Amazônia através de três componentes:

1. O Fundo LIRA, que financia projetos socioambientais com povos indígenas e comunidades tradicionais;
2. Gestão do Conhecimento e Inovação;
3. Políticas Públicas Socioambientais.

O LIRA articula uma rede de 125 organizações com atuação em 5 estados com bioma amazônico, através da execução de 50 projetos em 59 áreas protegidas (Terras Indígenas e Unidades de Conservação), promovendo a conservação da biodiversidade, o bem-viver de povos e comunidades tradicionais e a resiliência climática.

## Rede LIRA



A série de resumos para políticas públicas agrega as sínteses dos aprendizados e diretrizes discutidas dentro do Seminário Legado Amazônico com diversos colaboradores, listados abaixo. Caso tenha interesse em outros temas discutidos, como mercado de carbono, financiamento para conservação e cadeias da sociobiodiversidade, acesse: <https://lira.ipe.org.br/resultados-impactos/>

Para acessar outros materiais da iniciativa, acesse: <https://lira.ipe.org.br/>

## Policy Brief

Como ampliar e qualificar a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão?



## Sobre o IPÊ

O IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas é uma organização brasileira da sociedade civil fundada em 1992. Atua através de projetos nos biomas Mata Atlântica, Amazônia, Pantanal e Cerrado, aplicando um modelo de conservação que envolve pesquisa, educação e negócios comunitários. Nossas iniciativas atuam na prática para a conservação da biodiversidade, conectividade da paisagem, desenvolvimento socioeconômico, enfrentamento dos desafios climáticos e incidência política. Nessa direção, políticas públicas asseguradas são estratégicas para a conservação da sociobiodiversidade.

## Parceiros Financiadores



## Policy Brief

Como ampliar e qualificar a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão?



## Colaboradores

Adriana Luz Okubo (SEMA/AP), Aécio Silva dos Santos (ICMBio), Ádila Maria Portela Mattos (SEMA-AM), Alexandra Borba Surui (Associação Gap Ey), Aline Teixeira Pinheiro (SEMA-AP), Ana Claudia da Costa Leitão (Secretaria de Estado do Meio do Amazonas), Angel Batista de Souza (AMOR RDS IGAPÓ AÇU), Anna Júlia do Valle Costa (Ministério Público Federal), Antônio de Jesus Ferreira da Silva (FLONA Macauã), Antônio Rogério Vieira Mendes Apurinã (ASPACS), Antonio Jose de Souza (OPIAJBAM), Arimar Feitosa Rodrigues (COOMFLONA), Beptuk Metuktire (Instituto Raoni), Betikre Tapayuna Metuktire (Ass. Kapoto/Jarina), Baira Amondawa (Associação do Povo Indígena Amondawa), Brunna Stefanny Baroni Fehlauer (Associação Indígena Tato'a), Caio Piere Rola de Carvalho (IAPEN), Carolina Guyot (IPAM), Catherine Cristina Claros Leite (ICMBio), Celicia de Araújo Lima (AMARU), Chris Lopes da Silva Apurinã (IEB), Clarice Bassi (SEMMA NOVO AIRÃO), Célia Fernandes Bezerra (Associação dos Agentes Ambientais Indígenas), Daniel Resquim (Instituto Socioambiental), Daniela Soares de Lima (ACAJE), Diogo Henrique Giroto (OPAN), Edilson Martins Pinheiro (APACSA), Edmilson Fragoso da Silva (Associação De Moradores Do Rio Unini), Eduardo Badialli (IPÊ), Eliani Maciel Lima (ICMBio), Elias Andrade Duarte (ASARC), Etelvina Leitão da Costa (AMOVILA), Fabrício Gatagon Suruí (Centro Cultural Wagôh Pakob), Fernanda Freda Pereira (IPÊ), Fernanda Meirelles (IDESAM), Fernando Augusto Fileno (IEPÉ), Fernando Tatagiba (ICMBio), Flávia Paula de Araújo (IDESAM), Francisco da Silva Costa (ovaradouro.com.br), Francisco Oliveira (SEMA/AM), Gabriel Firmino Dias (Associação Tupaiuê de Desenvolvimento), Gasodá Surui (Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia), Geovanna dos Santos Silva (Associação Floresta Protegida), Gisele de Castro Maciel Valdevino (AMPA),

Giselle Ferreira Vieira (SAMAMT), Hanoica Jennings Caceres (IDEFLOR-Bio), Hillary Caroline Atalla de Oliveira (Associação De Defesa Etnoambiental), Humberto Sóstenes Kawonoxa (Conselho Geral do Povo Hexkaryana - CGPH), Hyllen Gonçalves da Silva Apurinã (Instituto Pupykary), Ian Leite dos Santos (CAMURA/RDS Amanã), Israel Vale (KANINDÉ), Jannyf Christina dos Santos (SOS Amazônia), Janaina Araújo de Oliveira Apurinã (OPIAJ), Jailson Freire Ferreira (SEMA-AM), Jakeline Pereira (IMAZON), Jucirema Nahum Pacheco (Secretaria de Desenvolvimento Rural), Jéssica Cristina Carreira (AGUAPÉ), Jéssica Silva do Nascimento (COOPEGRAOS), Joelmir Silva e Silva (SUMAUMA), Jorge Nildo Torres dos Santos (RDS Igapó Açu), Josias Cebiroop da Silva (ASSIZA), Kajet Kayapo (Associação Floresta Protegida), Kennedy da Silva de Araújo Apurinã (OPIAJ), Leonel Gonzaga da Silva (AMOVILA), Leomarques Silva Costa (AGUAPE), Luandro Vieira (DIGITAL DEMOCRACY), Luiz Weymilawa Surui (Associação Gap Ey), Magno de Lima dos Santos (OPAN), Marcos Roberto da Cunha Nadelon (SEMA MTA), Maria Andrena Almeida Freitas (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima), Maria Gabriela Gross (Associação Cultural Indígena Kapot Jarinã), Maria Leonice Tupari (Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia - AGIR), Marineuza Miranda Pontes (APACSA), Marcus Alexandre Biazatti Souto (IDESAM), Marion Adeney (Conservation X Labs), Maurília Gomes (Fundação Vitória Amazônica), Mononara Parakanã (Associação Tatoa), Mopa Kayapo (Associação Indígenas Pykore), Naiara Bezerra da Silva (ICMBio), Odilene Alves de Sousa (ASMACARU), Oséias Silva de Souza (AMAFLEC), Otacílio França Alves (ASMACARU), Oyago Surui (KANINDÉ), Pedro Henrique Mariosa (UFAM - Rede Rhisa),

## Policy Brief

Como ampliar e qualificar a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão?



## Colaboradores

Pedro Meloni Nassar (Instituto Mamirauá), Rafael Cunha dos Santos (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Monte Alegre), Raimundo Carlos Barbosa de Souza (IEB), Raimundo Leite de Souza (Associação de Povos e Comunidades Tradicionais), Renan Reis de Souza (IEPÉ), Robson Costa dos Santos (AMOREMA), Rogério Eliseu Egewarth (ICMBio), Salene Carvalho Costa (Instituto Kabu), Sandro Augusto Regatieri (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá), Sherly Marcio Barbosa de Aquino (Poranga da Conquista), Stephanie Carolina da Silva Rezende (ASSIZA), Thalyta Carvalho Watrin (IDEFLOR-Bio), Thayna Tamara Souza da Silva (Associação SOS Amazônia), Thiago Schinaider (Associação Floresta Protegida), Undi Soares Uru Eu Wau Wau (KANINDÉ), Vera Christiana Pereira Pastorino (ICMBio), Viceli Siqueira da Costa (Associação das Comunidades Sustentável da Reserva do Rio Negro), Vivian Karina Zeidemann (IPAM), Wendel Silva de Araújo (AMOPREAB), Xener Paiter Surui (KANINDÉ).

## Organizadoras

Fabiana Prado, Angela Pellin, Letícia Lopes Dias, Letícia Umbelina e Neluce Soares.

## Créditos

**Ilustração** - Érica Bettiol

**Foto** - André+Carioba

**Diagramação** - Colibri: Arte e Comunicação

## Referências

- BRASIL. Decreto no 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Planalto. **Brasília**, 5 de jun. De 2012. Art no 3.
- BRASIL. Decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Planalto. **Brasília**, 7 de fev. De 2007. Art no 3.
- BRASIL. Decreto no 10.088, de 5 de novembro de 2019. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. **Brasília**, 5 de nov. de 2019.
- FREITAS, C et al. Resource co-management as a step towards gender equity in fisheries. **Ecological Economics**, v. 176. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2020.106709>
- GARCÍA-MORENO, C. et al. Addressing violence against women: a call to action. **The Lancet**, [s. l.], v. 385, n. 9978, p. 1685–1695, 2015.
- OLIVAR, J. M. N. Violence, the state and gendered indigenous agency in the Brazilian Amazon. *Third World Thematics: A TWQ Journal*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 260–276, 2018.
- SELL, M.; MINOT, N. What factors explain women's empowerment? Decision-making among small-scale farmers in Uganda. **Women's Studies International Forum**, v. 71, p. 46-55, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2018.09.005>